

Informe Legislativo Municipal

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PROJETOS DE LEI APRESENTADOS NESTA SEMANA:

Indústria da Construção

Foco: Relatório bimestral sobre as obras em andamento

Projeto de Lei nº 848/2018, de autoria dos vereadores Fernando William, Rosa Fernandes e Teresa Bergher, que “Dispõe sobre a apresentação de relatório bimestral sobre as obras em andamento ou com prazo de execução suspenso no município do Rio de Janeiro”. Apresentado em 05/06/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Obras Públicas e Infraestrutura → e de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

Link para acessar o PL:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/41a7c8d33645c470832582940067c5c0?OpenDocument&Highlight=0,848%2F2018>

Foco: Código QR em todas as placas de obras publicas

Projeto de Lei nº 851/2018, de autoria do vereador Professor Adalmir, que “Dispõe acerca da implantação de Código QR em todas as placas de obras públicas municipais para leitura e fiscalização eletrônica”. Apresentado em 05/06/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Obras Públicas e Infraestrutura → e de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

Link para acessar o PL:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/969f42b30642d8ef8325828700723ce3?OpenDocument&Highlight=0,851%2F2018>

Interesse Geral:

Gestão e Políticas Públicas

Foco: Transparência na administração pública

Projeto de Lei Complementar nº 71/2018, de autoria do vereador Leandro Lyra, que “Regulamenta, em âmbito municipal, o disposto no art. 168 da Constituição Federal que trata dos repasses de recursos aos órgãos do Poder Legislativo, visando adequar o orçamento destes à arrecadação real do município”. Apresentado em 04/06/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos ao Servidor Público → e de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

Link para acessar o PL:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/4c5adc347ed75a5e83258288006129fa?OpenDocument>

Público/Privado

Foco: Política municipal de cooperativismo

Projeto de Lei Complementar nº 73/2018, de autoria do vereador Jorge Felipe, que “Institui a política municipal de cooperativismo e dá outras providências”. Apresentado em 06/06/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → Cultura → Educação → Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social → Meio Ambiente → e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Link para acessar o PL:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/5ae4b54c30fe25aa832582a3006b866a?OpenDocument>

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Meio Ambiente

APROVADO na **Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público** o **parecer favorável** do relator, vereador Junior da Lucinha, ao **Projeto de Lei nº 245/2017** e ao **substitutivo nº 1**, ambos de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação da taxa de licenciamento ambiental municipal e dá outras providências”.

Indústria Agropecuária

APROVADO na **Comissão Municipal de Defesa do Consumidor** o parecer favorável da relatora, vereadora Vera Lins, ao **Projeto de Lei Complementar nº 45/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, vigilância de zoonoses e de inspeção agropecuária do município do Rio de Janeiro e acrescenta dispositivos ao Título V do Livro primeiro da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984 – Código Tributário Municipal”.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

**Sessão Plenária do
Dia: 05/06/2018**

ANALISE DE VETO:

REJEITADO o veto total¹ aposto pelo Poder Executivo ao **Projeto de Lei nº 736/2018**, de autoria do vereador Marcello Siciliano, que “Dispõe sobre a remissão de créditos tributários, e dá outras providências”. **Segue a promulgação.**

**Sessão Plenária do
Dia: 06/06/2018**

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO, com emendas, o **Projeto de Lei Complementar nº 51/2017**, de autoria do vereador Cesar Maia, que “Altera dispositivos da lei complementar nº 87/2007, que autoriza a adoção de parâmetros especiais para construção de hospital pediátrico de cardiologia em botafogo, IV RA, e dá outras providências”. **Segue a redação final.**

APROVADO, com emenda, o **Projeto de Lei 74/2017**, de autoria do vereador Luiz Carlos Ramos Filho, que “Institui o serviço da farmácia veterinária popular no âmbito do município do Rio de Janeiro e dá outras providências”. **Segue a redação final.**

**Sessão Plenária do
Dia: 07/06/2018**

¹ As Comissões de Justiça e Redação e de Orçamento rejeitaram o veto total.

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO² o **Projeto de Lei nº 1691/2015**, de autoria do vereador Dr. Jairinho, que “Obriga restaurantes, bares, lanchonetes, barracas de praia, ambulantes e similares autorizados pela prefeitura a usarem e fornecerem canudos de papel biodegradável e/ou reciclável individual e hermeticamente embalados com material semelhante”, **ficando dispensada a redação final. Vai a autografo.**

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Agora é Lei:

Lei nº 6.362 de 28 de maio de 2018, com vetos parciais.

Oriunda do Projeto de Lei nº 1709-A/2016

Autor: Poder Executivo

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. (DO-Rio de 29/6/18)

Lei nº 6.363 de 29 de maio de 2018, com vetos parciais.

Oriunda do Projeto de Lei nº 1792-A/2016

Autor: vereador Felipe Michel e outros

Torna obrigatória a presença e a condução das aulas de educação física, por profissional da área, em todos os anos do ensino fundamental, pública e privado da cidade do Rio de Janeiro. (DO-Rio de 30/6/18)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

² O autor requereu urgência. As Comissões de: Justiça e Redação; Administração; Abastecimento; Meio Ambiente; Higiene; Defesa do Consumidor e de Finanças emitiram pareceres (orais) favoráveis ao PL. O PL foi aprovado, em primeira discussão dia 06/06/18, em virtude da urgência foi votado em segunda discussão dia 7/6/18.

DECRETO RIO Nº 44595 DE 28 DE MAIO DE 2018

Aprova o Projeto de Alinhamento e Remembramento - PAL 48.962 / PA 12.548 - de área públicas do PAL 36.642 / PAA 9.997, em Cosmos - XVIIIª Região Administrativa, e dá outras providências. (DO-Rio de 29/6/18)

DECRETO RIO Nº 44597 DE 28 DE MAIO DE 2018

Inclui o inciso VII ao art. 1º e o inciso III ao art. 2º do Decreto Rio nº 44260, de 26 de fevereiro de 2018. (considerando que foi editado o Decreto Rio nº 44260, de 26 de fevereiro de 2018, que criou comissão com a finalidade de colaborar com a organização do 27º Congresso Mundial de Arquitetos a ser realizado na Cidade do **Rio de Janeiro** em 2020, sob o tema "Todos os mundos, Um só mundo, Arquitetura 21). (DO-Rio de 29/6/18)

DECRETO RIO Nº 44598 DE 28 DE MAIO DE 2018

Suspendem temporariamente, os efeitos dos Decretos nºs 42272, de 20 de setembro de 2016, que dispõe sobre horário de circulação de veículos de carga e operação de carga e descarga na forma que menciona, e dá outras providências, e 43970, de 17 de novembro de 2017, que Altera o Decreto nº 42.272, de 20 de setembro de 2016, que dispõe sobre horário de circulação de veículos de carga e operação de carga e descarga, e dá outras providências. (DO-Rio de 29/6/18)

DECRETO RIO Nº 44601 DE 4 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, do serviço de vacinação em farmácias e drogarias e dá outras providências. (DO-Rio de 05/06/17)

Secretaria de Fazenda**RESOLUÇÃO SMF Nº 2990 DE 7 DE JUNHO DE 2018**

Altera a Resolução SMF nº 2.965, de 26 de dezembro de 2017, para estender o prazo para entrega da Declaração Eletrônica de Serviços – Instituições Financeiras (DesIF). (DO-Rio de 08/06/17)

RESOLUÇÃO SMF Nº 2991 DE 7 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a não incidência do ITBI na transmissão de imóveis por extinção de pessoa jurídica ou desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica. (DO-Rio de 08/06/17)

COMITÊ MUNICIPAL DE TECNOLOGIA APLICADA AO SISTEMA VIÁRIO URBANO (CMTSVU)**DELIBERAÇÃO Nº 03, DE 25 DE MAIO DE 2018**

Regulamenta o parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 44.399, de 11 de abril de 2018, em relação à gestão, tratamento e proteção dos dados recebidos ou gerados a partir do uso intensivo do viário urbano municipal na exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública. (DO-Rio de 08/06/17)

CÓDIGO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DISCUSSÃO

A criação do novo Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, proposto ao Legislativo Municipal através do **Projeto de Lei Complementar nº 45/2017**, e a inclusão da Vigilância em Saúde do Trabalhador, foi o tema da audiência pública promovida na sexta-feira (25), por iniciativa da Comissão Permanente de Trabalho e Emprego. A matéria tramita nas Comissões pertinentes da Casa.

De acordo com o vereador **Fernando William** (PDT), presidente da Comissão, a principal demanda de sindicatos e servidores ligados à vigilância sanitária é incluir no novo código a saúde do trabalhador. Segundo o parlamentar, a Procuradoria Geral do Município diz que é da alçada apenas da União legislar sobre matérias que envolvam o trabalhador e usam como argumento o Artigo 22 da Constituição Federal. No entanto, esclarece, o Artigo 203 da própria Constituição abre uma brecha ao estabelecer que o Sistema Unico de Saúde deve ser descentralizado, o que permite proposições vindas do município sobre o tema.

"Propus que a emenda elaborada pelos representantes dos trabalhadores entre no PLC como emenda aditiva, para que, caso seja vetada pela Prefeitura, possa ter o veto rejeitado pelo conjunto de vereadores. Desta forma, fica mais fácil também discutir a questão na Justiça. A proposta teve boa aceitação e compreensão dos que participaram da audiência pública", disse William.

Também participou da audiência o vereador **David Miranda** (PSOL), vice-presidente, a coordenadora da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador, Maria Angélica Souza; a Coordenadora de Saúde do Trabalhador da Subsecretaria de Vigilância Sanitária, Cláudia D'Oliveira; o representante do Fórum Intersindical de Saúde do Trabalhador da Fundação Oswaldo Cruz, Luiz Carlos de Vasconcelos; o assessor técnico da Vigilância Sanitária, Eduardo Laviola; e o gerente de estudos tributários, Anselmo Oliveira .

A Comissão de Trabalho e Emprego também é integrada pelo vereador **Rocal** (PTB).

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranches. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.